

Átila diz que Governo estuda desindexação ampla

Brasília — O porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, confirmou ontem que o Governo estuda a retirada de "determinadas variações de preços" dos índices de correção de economia. Acrescentou que a tendência é a medida ser adotada não apenas em relação ao INPC — que regula os reajustes salariais —, mas também no índice de correção monetária.

A idéia do Governo, segundo um colaborador do Ministro Delfim Neto, é retirar dos índices oficiais os efeitos dos cortes dos subsídios do petróleo e trigo para evitar que a inflação dê um salto este mês. Átila explicou que não há ainda decisão tomada, mas que a questão está sendo examinada.

Equilíbrio

— Há a preocupação — disse Átila — de que haja um equilíbrio em sua aplicação, de forma a não penalizar a classe assalariada.

Declarou ainda que a medida não pode ser entendida como desindexação, "porque não se trata de retirar todos os índices, mas apenas a incidentalidade de certos preços sobre estes índices. A preocupação é não realimentar a inflação".

No Rio, o diretor do Instituto Brasileiro de Economia — IBRE, da Fundação Getúlio Vargas — FGV, Julian Chacel, salientou que o problema é urgente, e que a Fundação está "pronta para executar a ordem". Segundo ele, "se o Governo decidir alterar os mecanismos da correção monetária (expurgar alguns aumentos), isto terá de vigorar a partir de julho, tendo como referência junho. Se se atrasar, não haverá forma de fazer essa alteração a não ser retroativamente, o que seria uma violência".

Chacel, depois de condenar taxativamente a palavra desindexação, explicou que "expurgar é eliminar da correção monetária efeitos sobre os preços que não têm uma relação direta com a boa ou má condução da política econômica". E exemplificou como fatores a serem expurgados "fenômenos acidentais, quebra de safra, choques de oferta ou até atos de Deus, que não podem ser vinculados à competência ou incompetência dos governantes".

O diretor do Ibrc, porém, defende a tese de que o expurgo não deve ser feito apenas sobre o INPC, que é um elemento de base da correção monetária, mas sobre todos os índices corretivos dos valores do ativo financeiro (letras de câmbio, CDBs, ORTNs), além das cadernetas de poupança, open e FGTS.

Julian Chacel argumenta que, no momento em que a correção monetária for abrandada, para retirar "os excessos de correção, tem de ser tomada uma providência de forma assimétrica, abrangendo todos os índices. A correção monetária só ficará abaixo da inflação se esta for a decisão do Governo".

Os empresários, segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria — CNI, Albano Franco, acham que expurgar somente o INPC é, no mínimo, injusto com os assalariados. Ele anunciou a criação de mais uma comissão de empresários para estudar a desindexação e, até o início da próxima semana, apresentar sugestões ao Governo.

Em São Paulo, o vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos — Febraban, Pedro Conde, também defendeu a desindexação da correção monetária, "pois promover um expurgo só nos salários é uma grande injustiça".

Para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, no entanto, a desindexação do INPC é uma medida "politicamente desgastante", mas é o caminho mais eficiente para a reativação da economia e a manutenção do emprego no país. "Reduzir a inflação significa hoje a própria sobrevivência da livre iniciativa no Brasil. Está em jogo tudo e todos", argumentou o presidente da entidade, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho.